



A censura na propaganda ideológica nos impressos no início da República¹

GUIMARÃES, Bruna Vieira e FRANCO, Lincoln²

Jornalistas e mestrandos da Universidade Metodista de São Paulo – UMESP/SP

Resumo

Os manifestos e clubes republicanos difundiram a propaganda do novo regime de governo, a República. Após a proclamação de 15 de Novembro de 1.889, a propaganda ideológica nos veículos de comunicação impresso foi censurada pelos dois primeiros presidentes militares do país. Este cenário composto pelos três primeiros anos de ‘chumbo’ da República, será descrito neste artigo que tem como objetivo analisar como e porquê alguns jornais do eixo Rio de Janeiro/São Paulo sofreram perseguições e violências de seus profissionais, além de invasões nas redações. Como metodologia, utilizaremos a pesquisa histórica e bibliográfica, por meio de livros e periódicos. No rol das conclusões, consta à ação dos militares que culminou com o encerramento das atividades de alguns jornais e o papel crucial da imprensa na vida política do país, no final do século XIX.

Palavras-chave

Publicidade e Propaganda Republicana, Propaganda Ideológica e Jornais Impressos no Final do Século XIX.

¹ Trabalho apresentado ao NP Publicidade e Propaganda, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom

² Bruna Vieira Guimarães, jornalista formada pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Mestranda na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Trabalhou como assessora de imprensa de político, sindicato e ONG (Organizações Não Governamental). Foi repórter em jornais semanais de Piracicaba/SP e atuou por mais de três anos, como correspondente de Caraguatatuba, no único diário do Litoral Norte Paulista. Tem artigos publicados em congressos nacionais e internacionais. E-mail: brunajornalista@hotmail.com

Lincoln Franco, jornalista formada pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Mestranda na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Trabalha como Assessor de Imprensa da Prefeitura Municipal de Capivari. E-mail: materiaemidia@uol.com.br



Introdução

Desde de sua chegada ao Brasil à imprensa incorporou-se de forma intrínseca à construção da sociedade e da nação. Inicialmente, o empreendimento jornalístico era um risco financeiro, pois poderia ser empastelado a qualquer momento, ou o que é pior, seu idealizador pagaria com a vida pela aventura. Infelizmente, nossa história registra inúmeros casos nas mais diversas fases.

Em 1808, com longos três séculos de atraso e com a tutela governamental de Dom João VI, nasce à imprensa verdadeiramente política no País. A política da monarquia era sufocar todo e qualquer tipo de pensamento. A liberdade de expressão restringia-se para dentro dos muros palacianos.

Para BAHIA (1977), as restrições da liberdade de imprensa eram razões de Estado, pois várias manifestações já haviam ocorrido sem a presença da imprensa, ou seja, a corte temia que os jornais unissem e incitassem, ainda mais, os revoltosos:

Garantir o colonialismo, conservar incólume o despótico controle de seus interesses políticos e econômicos, deter pela força as aspirações de liberdade e justiça - e não de outra natureza que fazem Portugal insensível, até 1808, à tipografia e ao jornal num Brasil escravocrata e monocultor (BAHIA, 1977, p.11).

A imprensa foi inaugurada no país com o *Correio Brasiliense*, em primeiro de julho de 1808 e com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que data de 10 de setembro de 1808. Embora a diferença entre eles fosse de apenas três meses, sem dúvida, eram tipos díspares de jornalismo. Na opinião de SODRÉ (1977), o *Correio Brasiliense* era mais político, doutrinário e pretendia formar a opinião pública; já a *Gazeta do Rio de Janeiro* era mais informativa.

Até meados de 1850, a tipografia era proibida no País, os jornais desse período são impressos nas casas dos moradores escondidos da fiscalização do governo, sem contar que o custo era muito elevado e o material escasso.

Foi em meados de 1870, que os jornais começavam a contar com instalações próprias, apresentando novos serviços, tais como venda de exemplares avulsos, que até então não era possível, pois os jornais trabalhavam no sistema de assinaturas mensais. A *Província de São Paulo* foi o primeiro jornal a ser vendido nas ruas.

Os jornais de oposição travavam batalhas pela democracia, porém não se firmaram até 1889. Batalharam por um jornalismo político que se destacou nas lutas por instituições livres e democráticas.



Os jornais políticos na sua grande maioria foram efêmeros. A condição essencial para sua longevidade e efetiva presença nas mudanças sociais, econômicas e políticas foi à junção de dois fatores: a aristocracia rural e a burguesia ascendente. Esse duo foi essencial para *A Província de São Paulo*, depois *O Estado de S. Paulo* nascer, desenvolver e amadurecer, para tornar-se após a proclamação da República até o período da República Velha, o principal veículo de imprensa do Estado de São Paulo, já conjugando a ideologia das elites no poder divididos entre paulistas e mineiros.

O gosto pela imprensa cresceu rapidamente nas capitais e nas cidades de médio porte. Dentro do sistema de cobertura vigente na imprensa na época, os jornais abordavam, por exemplo, a política nacional (reportagens ligadas à luta pelo poder político, notícias sobre as greis, atuação dos seus líderes e a cobertura eleitoral); a política internacional (abarcava as questões diplomáticas, política dos países estrangeiros, guerras, entre outros); a cultura (publicavam os romances de folhetim); além de atos administrativos, religiosos e econômicos.

A pujança da região Sul, no jornalismo político era enorme. Até a derrocada do Império, em 1889 haviam 74 jornais republicanos espalhados pelo Brasil, sendo que, a região Sul (na época São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) contava com 54 jornais republicanos, ou 73% do total; já o Norte possuía apenas 20 órgãos de imprensa, ou 27% do montante.

Fica evidente que fora dos quatro grandes centros, a imprensa republicana ecoava fraca e sua importância era diminuta, sobressaía sim, o prestígio pessoal dos políticos que mantendo um feudo forte e dinâmico conseguiam dominar o jogo político na região.

Os jornais diários profissionalizaram-se, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública. Os novos métodos de impressão permitiram expressivo aumento das tiragens, melhora da qualidade e barateamento dos exemplares, que atingiram regiões cada vez mais distantes graças ao avanço dos sistemas de transportes, que agilizam o processo de distribuição (PINSKY, 2005, p.137).

Os aspectos dos jornais, a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo e papel), qualidade de impressão, capa, presença/ausência de ilustrações, a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. “O conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela



publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas (PINSKY, 2005, p. 138-139)”.
Uma inovação no jornalismo político, publicada na *Província de São Paulo* em 1881 foi o documento chamado “Programa dos Candidatos”, um manifesto público que descrevia a plataforma política dos candidatos republicanos.

Uma inovação no jornalismo político, publicada na *Província de São Paulo* em 1881 foi o documento chamado “Programa dos Candidatos”, um manifesto público que descrevia a plataforma política dos candidatos republicanos.

A intenção do documento era estreitar a relação entre os compromissos do partido com os candidatos, e conseqüentemente, a do aspirante aos cargos públicos com os eleitores. Para garantir visibilidade na imprensa o Programa foi apresentado em partes. Durante dez dias o jornal fez a propaganda da novidade, administrando a visibilidade através da imprensa perpassa os períodos eleitorais; ela compreende a própria concepção de governar quando todas as decisões devem ser de conhecimento público.

Indiscutivelmente, o ano de 1884 marcaria um novo viés na arte de fazer propaganda política na promissora e inquietante Província de São Paulo, atualmente, o Estado de São Paulo. O jornal resolve publicar na primeira página o retrato a bico de pena dos principais candidatos do Partido Republicano a Deputado Geral (Deputado Federal). A idéia dos republicanos era dar mais visibilidade aos candidatos do partido.

Na visão de TCHAKHOTINE (1967), o momento traduz o estado de excitação pelo qual passavam os homens que estavam na direção de um empreendimento, por exemplo, um jornal.

As possibilidades de ação de que tratamos podem ser secundadas por imagens que transmitem idéias e sentimentos com extrema rapidez e que são muito úteis como meios de evocação dos estados d’alma desejados. Uma organização racional da redação de um jornal visa a criar, junto a ele, arquivos de informações e de imagens e classificá-los de modo que os elementos indispensáveis possam ser consultados em pouco tempo, o que contribui, naturalmente, para as necessidades do combate político por meio da imprensa (TCHAKHOTINE, 1967, P.287).

Na opinião de TCHAKHOTINE (1967, p. 286), o caráter de um órgão de imprensa ligado ideologicamente a um partido é contundente. Embora um jornal político seja, em geral, um convite ao raciocínio, uma vez que fornece ao leitor, antes de tudo, as informações sobre os acontecimentos que lhe interessam ou, sob formas de artigos, comentários que esclarecem o conjunto de fenômenos políticos em relação mais ou menos estreita, têm a possibilidade (e dela se serve comumente) de apelar para a emotividade do leitor.

Panorama do final do século XIX

Ilustrando o atraso do Brasil na instalação da imprensa, Carla PINSKY (2005, p. 135), descreve que a imprensa de Paris, na França, na década de 1830, se desenvolvia “num cenário urbano já pleno de imagens provenientes da imprensa ilustrada, dos cartazes de rua, das pranchas satíricas e da nascente propaganda”, muito diferente do imperante no Rio de Janeiro, capital do País e sua cidade mais cosmopolita.

José Inácio de Melo SOUZA (2002), ressalta que a imprensa foi o veículo de comunicação mais importante no Brasil até 1930. Impressos em máquinas tipográficas planas (rotativas eram novidade), os jornais de quatro ou oito páginas, a maioria, eram produzidos no Rio de Janeiro (23 diários em 1912) e em São Paulo (17 diários).

A grande imprensa da época, considerada a formadora de opinião, se compunha pelos: *Jornal do Comércio* (1826), *O Correio Paulistano* (1854), *A Província* e depois da República, *O Estado de S. Paulo* (1875), a *Gazeta de Notícias* (1875), *O País* (1884), *A Platéia* (1888), o *Jornal do Brasil* (1891) e o *Correio da Manhã* (1901).

A grande imprensa que transmitia política aos grupos oligárquicos no poder deixou espaço para a existência de pequenos jornais político-partidários, que faziam a propaganda republicana.

O caráter transgressivo da imprensa na República Velha fugia ao círculo restritivo de um tipo específico de jornal (SOUZA, 2002, p.21). Mesmo os jornais que aderiam totalmente aos poderosos não estavam salvos de vingança, porque a maioria dos impressos vivia na incerteza do agrado ou desagrado dos leitores que se envolviam nas lutas políticas do tempo.

A liberdade que o Segundo Reinado proporcionou à propaganda política republicana ocasionou a queda da Monarquia e os republicanos assistiam a aderência por parte da imprensa. O governo passou a ter voz amplificada pela imprensa, tanto que ministros publicavam artigos de opinião.

A República apropriava-se dos métodos do Império decaído, comprando a opinião favorável com verbas secretas do Tesouro. O ideal era que a imprensa fosse mais uma extensão do Estado do que um participante do livre jogo das opiniões políticas.

O autoritarismo prevaleceu nos conturbados primeiros anos de República, o que foi considerado uma violência contra a opinião política livre. O clima de desagregação de uma consciência sobre os problemas da liberdade de opinião pela imprensa vicejou com Deodoro, com Floriano em 1892, na Revolta da Armada em 1893, no atentado contra Prudente de Moraes em 1897, nos fracassos das expedições a Canudos, quando os monarquistas

foram mais uma vez encarados como conspiradores, destruindo-se os seus jornais. Durante os sucessivos estados de sítio vividos pela nação, abatiam-se sobre a imprensa dois tipos de expectativa. De um lado, esperava-se a violência da censura sobre os jornais; de outro, a rotina da prisão e desterro dos jornalistas que violassem as ordens legais estabelecidas (SOUZA, 2002, p.23).

Na época, a imprensa proletária não vivia da publicidade e a Justiça era cara e lenta para resguardar os direitos de circulação. A república utilizava-se do direito constitucional da expulsão para eliminar os estrangeiros indesejáveis ligados aos veículos impressos.

O último degrau nas relações entre imprensa e Estado leva à questão da corrupção. No governo Provisório liderado por Deodoro da Fonseca, os recibos de jornalistas que defendiam a política governamental, puderam ser suspensos por força dos sucessivos endurecimentos políticos. Mas logo depois, as práticas corruptoras voltaram aos níveis antigos.

Campos Salles afirmava que diante da inexistência de partidos políticos, restava, ao governo, a compra de espaço nos jornais para a sua defesa, pois a linha diretiva do seu quadriênio seria de combate. Tendo eliminado as verbas secretas quando ministro da Fazenda de Deodoro, Campos Salles pôde, ao fim de seu mandato, contabilizar os gastos que o Banco da República arcava com os jornais (SOUZA, 2002, p.26).

O jornal tido como símbolo da corrupção foi *O País* de João Lage, que tipificou o jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal.

Jornais de situação X oposição

Mesmo depois da Proclamação da República, um pequeno grupo formado por Silveira Martins, Carlos Afonso, Ferreira Viana, Andrade Figueira, entre outros, ainda acreditava no retorno à Monarquia. Mesmo assim, “a mudança do regime não alterou o desenvolvimento da imprensa. Os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e força os republicanos, com mais combatividade, os monarquistas” (SODRÉ, 1977, p. 287).

Contudo, confirmando tal posição oposicionista ao regime, circulava, sem interrupção, a *Tribuna Liberal*, de propriedade do Visconde de Ouro Preto, mas que estava sob responsabilidade de Carlos Laet. Ela fazia oposição abertamente ao Governo Provisório.



Fosse em razão de tal campanha, ou por motivo qualquer, o fato é que, cerca das 2 horas da tarde do dia 18 de dezembro [de 1889], começaram a circular boatos de que tinha rebentado uma revolução militar, destinada a repor D. Pedro II no Trono (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, p. 114).

Mais tarde os fatos apareceram com as informações de que ocorrera apenas um levante de 60 praças no Segundo Regimento de Artilharia, em São Cristóvão, situação que acabou por ser dominada. Em seguida, os membros do grupo defensor da Monarquia foram presos.

A situação leva o Governo a baixar o seguinte decreto, em 23 de dezembro, apenas cinco dias depois do caso:

Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras escritas ou atos, a revolta civil e a indisciplina militar (...), serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo ministro da Guerra, e punidos com penas de sedição (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, p. 116).

Em 17 de janeiro de 1890, uma medida do Governo foi veemente criticada pelos órgãos de imprensa. O decreto sobre os bancos emissores criado por Rui Barbosa, ministro da Fazenda. Isso causou a primeira crise do Governo e suscitou especulações das mais diversas modalidades.

Desde logo, romperam as baterias contra o ministro da Fazenda vários jornais, que atendiam ao comando daquele titular: o *Jornal do Comércio*, o *Correio do Povo*, o *Rio News*, a *Gazeta de Notícias* e a *Cidade do Rio*. Os mais aguerridos eram os dois últimos, dirigidos respectivamente por dois jornalistas de fama, Ferreira de Araújo e José do Patrocínio. A favor do governo, colocavam-se o *Diário do Comércio*, a *Gazeta da Tarde*, o *Novidades* e o *Diário de Notícias*, mantendo-se *O País* mais ou menos ausente dos debates (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, p. 144).

Mesmo assim, o decreto não foi modificado, o que motivou uma publicação de Benjamin Constant, na *Gazeta de Notícias*. Ele defendeu a liberdade de imprensa da seguinte forma:

Não compreende como quem veio, como Deodoro, libertar a pátria de um governo despótico, queira, agora, esmagar a liberdade de imprensa. Confia em que o generalíssimo, levado pela reflexão, modificará aqueles sentimentos. Só concebe medidas severas contra os jornais quando essas folhas, como a *Tribuna Liberal*, caluniam o governo e incitam as massas à revolta. Quanto à conduta de Rui, louvando-lhe o talento e exaltando-lhe o coração, toma posição igual à de Campos Sales. Acha



que o ministro da Fazenda não tem razão. O Governo Provisório não é uma ditadura: não é uma monarquia (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, p. 156).

Ainda hoje, os documentos mais seletos de tal período são as páginas dos jornais da época. Foi assim, que pudemos descobrir que era comum *O País* ampliar o seu número de páginas e em muitos casos acabava pedindo desculpas a alguns anunciantes que acabavam por ficar de fora da edição.

O mesmo acontecia com o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Correio do Povo*, o *Diário de Notícias* e outros órgãos. MAGALHÃES JUNIOR (1957, p. 163) explica que esta vasta publicidade dava impressão de que aquela foi a grande era da prosperidade nacional e das iniciativas progressistas. “Puro engano! A maioria dessas organizações ficou apenas no título”.

Em sua visita ao Brasil, Max Leclerc, do jornal parisiense fez os seguintes comentários sobre a imprensa brasileira:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa (...) tais jornais ostentam uma certa independência, um certo ceticismo zombeteiro, à maneira do nosso Figaro, ou se mostram imparciais até a impassibilidade. (...) Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de serem bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apóia está em evidência ou é temível. Nos jornais mais lidos, os anúncios invadem até a primeira página: transbordam de todos os lados, o espaço deixado à redação é muito reduzido e nesse campo já diminuto, se esparramam diminutas notícias pessoais, diques-disques e fatos insignificantes (LECLERC, Max; Cartas do Brasil, In: SODRÉ, 1977, p.288-289).

Dentro das estratégias dos grupos anti-republicanos, um boato foi difundido dizendo que em 15 de fevereiro de 1890 tropas monarquistas desembarcariam na capital. Em 27 de março, Jansen Muller de Faria, José Cordovil Trajano de Oliveira e Deocleciano Mártir circularam pelo comércio intimando os proprietários a fechar as portas em represália ao Governo Provisório. Ninguém atendeu o apelo.

Foram afixados cartazes e distribuídos boletins contra a República, por toda a cidade. A polícia prendeu três dos responsáveis que foram julgados pelo órgão criado para a repressão de atos anti-República.

Diante de um ambiente instável, no mês de março havia indícios de que a liberdade de imprensa seria censurada. O principal ponto que denotava isso, era a



maneira com que Deodoro reagia às críticas da imprensa. Na ocasião, o jornal *Cidade do Rio* publicou em meia página uma caricatura do marechal pedindo que os jornais fossem poupados. Em outro episódio, o marechal ordenou a prisão do ex-governador do Maranhão, Dr. Pedro Tavares, devido a artigos publicados por ele em *A República*, da cidade de Campos. Com tal atitude, inclusive, passou por cima da autoridade de seus ministros.

Mesmo os jornais do interior chegavam a Deodoro para que os autores de críticas fossem incluídos na lista negra do Governo Provisório. Aliás, o ele chegou a ordenar ao chefe de Polícia punição para os diretores de *Novidades* e *Diário do Comércio*.

Tais medidas foram explicitadas em 29 de março, em reunião no seu gabinete, quando afirmou que desejava isso para que não se prejudicasse o sossego público e garantisse a liberdade de ações do governo. E o marechal foi além, dizendo que o gabinete não podia adiar mais uma medida geral que reprimisse atitudes hostis contra o governo.

MAGALHÃES JUNIOR (1957) afirma que diante disso, Campos Salles, alertado pelo episódio de dois dias antes, fez considerações gerais sobre a liberdade de imprensa, o uso e o abuso da publicidade, e apresentou à consideração do ministério o rascunho de um decreto regulando a matéria, de modo que o direito de crítica ao governo fosse, porém, preservado e não radicalmente eliminado.

O texto foi aprovado por unanimidade e se transformou no seguinte decreto:
Art.º1 - Ficam sujeitos ao regime do decreto de 23 de dezembro de 1889 todos aqueles que deram origem ao concorrerem pela Imprensa, por telegrama e por qualquer outro modo, para por em circulação falsas notícias e boatos alarmantes, dentro ou fora do país, como sejam os que se referirem à disciplina dos corpos militares, à estabilidade das instituições e à ordem pública. Art.º 2 – Exclui-se da generalidade desta disposição a análise ou a discussão oral ou escrita, por mais severa que seja, sobre os atos do governo, tendo por fim denunciar, corrigir ou evitar os erros da pública administração, contanto que não contenha injúria pessoal. Art.º 3 – Quando qualquer delitos for cometidos fora da Capital Federal, o delinqüente será para ela conduzido preso e aí submetido ao julgamento da comissão instituída pelo referido decreto (...). [Datado de 29 de março de 1890]. (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, p. 180).

É notório que o documento foi recebido com pânico entre os grupos contrários à República. A *Cidade do Rio* o transcreveu sem nenhum comentário. A impressão



deixada foi a de que os manifestantes presos em 27 de março seriam condenados à morte. Contudo não foi isso que ocorreu e eles tiveram sentenças relativamente brandas diante do esperado: Jansen Muller de Faria foi condenado a dois anos de deportação, Deocleciano Mártir a um ano e José Cordovil Trajano de Oliveira a dois meses. O decreto de Deodoro, confirmando essas penas, foi divulgado a 12 de abril, pela manhã. E já à tarde, a *Cidade do Rio*, em desenho que ocupava dois terços da primeira página, se prosternava, nua, aos pés de Deodoro, com esta legenda patética: “Generalíssimo! A mais bela prerrogativa da vossa elevada posição é a faculdade que tendes de perdoar. Concedei à *Cidade do Rio* – órgão do Povo – o perdão dos infelizes que delinqüiram na noite de 26 para 27 de março último! (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, p. 181)”.

O apelo foi repetido de diversas formas, inclusive através de artigo e o jornal conseguiu sensibilizar o marechal. Imediatamente a *Cidade do Rio* apressou-se a deitar editorial sobre a magnanimidade de Deodoro, sob o título de ‘Perdoados’ (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, p. 182).

Enquanto tudo isso acontecia, os monarquistas se viam reduzidos a um único jornal no Rio de Janeiro, *A Tribuna*, sabidamente de propriedade do Visconde de Ouro Preto, e *O Comércio* de São Paulo, dirigido por Afonso Arinos. José do Patrocínio, apesar de sua rápida e fervorosa reconciliação com a República, já a 27 de novembro, isto é, 12 dias de empossado o novo governo, escrevia o seu primeiro e veemente artigo contra o novo plano financeiro. É ele, desde então, um dos mais tenazes adversários de Rui Barbosa. Mais tarde, também de Deodoro da Fonseca. (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, p. 200).

A *Gazeta de Notícias* colocou suas páginas à disposição dos candidatos ao Congresso Constituinte. Ele traz na primeira página entrevistas com muitos deles. Na vez de Eduardo Wandenkolk, que foi ouvido pelo jornalista João Chaves, este procedeu críticas sobre decisões do Governo Provisório. A entrevista foi bombástica para o momento. As explorações e comentários do assunto foram tamanhos que no dia 10 de abril de 1890, Rui Barbosa apresentou sua resposta no editorial do *Diário de Notícias*. Em seguida, a *Gazeta de Notícias*, defendeu as posições de Wandenkolk e estendeu as críticas a Benjamin Constant.

As opiniões e sentimentos vão ficando cada vez mais ácidos entre os dois jornais que em 12 de setembro, Deodoro, convoca sessão extraordinária do ministério para debater exclusivamente o assunto. (MAGALHÃES JUNIOR, 1957, p. 215).



Realizam-se as eleições nacionais para a escolha dos membros do Congresso Constituinte, como senadores e deputados.

O assalto ao jornal A Tribuna

Os liberais programavam um congresso para maio de 1889 e para isso, lançaram em dezembro de 1888 a *Tribuna Liberal*, com oficinas na Rua Nova do Ouvidor. O encontro levantaria o programa do partido o que incluía o voto secreto, definição de eleitores por alfabetização e não pela renda, reforma administrativa da Província, direito de reunião, liberdade de cultos, casamento obrigatório, mandato com periodicidade definida para o Senado e a reforma do Conselho de Estado. Na oportunidade também foi defendido por Rui e outros 18 congressistas, a idéia de federação. Tudo isso, integrava o programa da classe burguesa em ascensão que a República efetivaria.

Contudo, com o golpe e a Proclamação da República liderada por Deodoro, a *Tribuna Liberal* passou para a oposição. Em 22 de novembro de 1889 afirmava que sua edição havia triplicado desde o dia 15 de novembro. Em 1º de dezembro informava tiragem de 22.500 exemplares. A pressão contra os jornais monarquistas levou o *Jornal do Comércio* a pedir a edição do protesto do “Apostolado Positivista do Brasil”, em 26 de dezembro de 1889, assinado por Miguel Lemos.

Em 29 de novembro de 1890 ocorreu um fato que iria provocar uma das mais graves crises do Governo Provisório: o assalto à redação de *A Tribuna Liberal*. O jornal era de propriedade do Visconde de Ouro Preto, que se utilizava dele para defender os atos do governo monarquista. Com a Proclamação da República e seu proprietário tendo partido para o exílio, o periódico continuou a circular, mas dirigido pelo jornalista Carlos de Laet, considerado um vibrante monarquista.

O espírito sarcástico e combativo de Laet colocou *A Tribuna Liberal* numa posição tão irritante e tão intolerável para o novo regime, que um decreto foi expedido com função especial de silenciar suas atitudes ou, mesmo, antecipar para que mudasse sua opinião. Diante de represália tão forte, Carlos de Laet retraiu-se e o jornal deixou de circular em dezembro de 1889.

Mesmo assim, o governo não se viu livre das investidas monarquistas. Isso porque, a legislação brasileira não alcançava a imprensa estrangeira. Assim, Eduardo Prado, monarquista da mesma linha que de Laet, vivendo fora do país, passou a escrever na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiroz, terríveis e irreverentes panfletos anti-republicanos.



Prado alcançou grande sucesso com seus artigos e os números da revista eram cada vez mais disputados. Os primeiros folhetins foram publicados em volume, com um prefácio caloroso do Visconde de Ouro Preto, que continuava exilado. Congregando tal força, a tipografia da antiga *A Tribuna Liberal* foi reaberta sob a direção de Antônio Medeiros, em 1º de julho de 1890 com o nome abreviado para *A Tribuna*.

Ela passou a abrigar também os violentos artigos de Eduardo Prado, o que motivou ameaças ao jornal. SODRÉ (1977, p. 290) lembra que o periódico era enfático em sua linguagem dizendo que Deodoro era “uma nulidade, ambicioso e prepotente”. Além disso, insultava a associação de classe dos oficiais: “o clube presidido pelo senhor Deodoro não teria sido permitido em nenhum país culto”.

Apesar de ser monarquista, o fato de o jornal ter sido invadido, depredado e assaltado levou praticamente toda a imprensa da então capital brasileira a protestar imediatamente contra o ocorrido. Foi apresentado um documento com a assinatura de quase todos os órgãos do Rio de Janeiro, demonstrando a organização o nível de desenvolvimento que alcançara a imprensa do país.

A imprensa fluminense, representada nos jornais abaixo declarados, reunida, hoje, na sala de redação do *Jornal do Comércio*, para tomar conhecimento das medidas empregadas pelo governo para assegurar e manter a liberdade de exame e de discussão, gravemente comprometida pelo assalto feito à *Tribuna* e pelas ameaças de que têm sido alvo outros jornais, resolve declarar: 1º - que não satisfaz a declaração, hoje, publicada pelo *Diário Oficial*, por ser dúbia e frouxa; 2º - que espera sejam punidos, na forma das leis, os culpados do assalto, de que foi vítima a *Tribuna*, apontados pelo inquérito a que se está procedendo; 3º - que está resolvida, caso tal punição não se dê, ou não desapareça a falta de segurança em que acha a empregar todos os meios, dentro de suas funções para assegurá-las, mesmo a suspender coletivamente a publicação dos jornais. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1890. *Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias, Gazeta da Tarde, Diário de Notícias, O País, Diário do Comércio, Cidade do Rio, Novidades, Correio do Povo, Democracia, Revista dos Estados Unidos, La Você Del Popolo, Mequetrefe, La Pátria, Revista Ilustrada, Apóstolo, Sportman* (SODRÉ, 1977, p.290-291).

Uma nota escrita por Artur Miranda, na *Revista Ilustrada*, mesmo criticando acidamente *A Tribuna*, dizendo que era uma “molécula infectada no organismo da nossa imprensa”. Concluía com a afirmação de que era contrário aos métodos utilizados de repressão. Miranda ia além e insinuava que o Governo Provisório e os militares estavam

envolvidos no caso: “(...) jamais pensamos que na capital federal houvesse um grupo de homens tão miseráveis (...). Jamais nos passou pela idéia que este fato tão mesquinho, tão repugnante, tivesse lugar sob o regime de todas as liberdades concedidas pela lei (...). (SODRÉ, 1977 p. 292-293)”.

Durante o assalto, morre o revisor do periódico, João Ferreira Romariz (Lima Barreto usa essa história para o conto “A sombra do Romariz”). O fato repercute negativamente no Congresso e faz com que a situação seja comumente lembrada. Isso complica o relacionamento do Congresso com Deodoro, sobremaneira pela intransigência de Prudente de Moraes.

No final de 1890, concluem-se os preparativos para o lançamento do mais novo jornal anti-republicano. Em 18 de dezembro de 1890, Rodolfo Dantas convida Joaquim Nabuco, que estava em Londres, para ser correspondente direto da Inglaterra. Nabuco aceitou prontamente. O lançamento aconteceu em 9 de abril de 1891, em homenagem ao 60º aniversário Te-Deum, em ação de graças pela aclamação de D. Pedro II como imperador.

Com uma tiragem de cinco mil exemplares, endereço na Rua Gonçalves Dias, 56, com oito páginas, formato de 120 centímetros por 51 centímetros, com a primeira página impressa em corpo 10, com oito colunas, nasce o *Jornal do Brasil*. Pela organização e profissionalismo com que foi elaborado, ele chegou para ficar entre os grandes jornais da época.

Neste período existiam os considerados pequenos jornais eram: *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *O País e o Diário de Notícias*. Os grandes eram os seguintes: *A Rua*, *Folha Popular*, *A Tribuna*, *Cidade do Rio*, *Correio do Rio*, *O Brasil*, *Diário do Brasil*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta Moderna*, *Correio do Povo*, *Jornal do Povo*, *Diário do Comércio e Diário Oficial*. É, apenas, bom lembrar que não estão relacionadas às revistas existentes.

O *Jornal do Brasil* teve todo o cuidado ao veicular suas notícias. Foi à mesma cautela que teve em afirmar que “um grupo armado, comandado pelo coronel Piragibe e tenente coronel Vicente Osório de Paiva invadiu, ontem, as oficinas do jornal *A Tribuna*, danificando-as (SODRÉ, 1977, p. 295)”.

Em 3 de novembro de 1891 Deodoro dissolveu o Congresso e em 23 de novembro, diante de uma crise que só poderia ser resolvida através das armas, renunciou deixando o governo para o seu vice, Floriano Peixoto.



Conclusão

Há na vida dos dois primeiros periódicos brasileiros, fortes tendências para a não oposição ao regime político vigente, a monarquia. O *Correio Braziliense* (lançado em 1/06/1808) foi editado durante os seus 14 anos de circulação, em Londres, pelo brasileiro exilado Hipólito da Costa sem qualquer interferência oposicionista e; a *Gazeta do Rio de Janeiro* (lançada em 10/09/1808) dedicava seus anúncios ao governo a fim de elevar os feitos da família real, há pouco instalada no Brasil.

No período colonial, Portugal não permitiu a circulação e edição de jornais e livros em terras brasileiras, nem instalação de universidades pois esta era uma maneira de evitar a circulação de idéias que levasse o povo a questionar o modelo político explorador da monarquia.

O período analisado neste artigo antecedeu a Proclamação da República, passando pelo Governo Provisório presidido por Deodoro da Fonseca e depois por seu vice, Floriano Peixoto. Ressaltamos a censura na imprensa da época, por meio da propaganda política e ideológica.

No império, por mais audazes que fossem os periódicos republicanos, o imperador impôs poucas restrições aos discursos republicanos. Contudo, na República a situação se inverteu. O jornal mais monarquista analisado neste artigo foi a *Tribuna Liberal*, mais tarde conhecida como *A Tribuna*. Como era de costume, este periódico pagou um preço alto por sua posição contrária ao regime republicano pois teve sua redação assaltada e seu revisor, Joaquim Ferreira Romariz morto durante o ataque.

A morte do revisor Joaquim causou comoção na capital carioca e no Congresso. O fato foi lembrado por muito mais tempo do que o esperado como comprova o artigo de Artur Miranda, na *Revista Ilustrada*, que acusava o governo de Deodoro pelo atentado. “(...) Jamais pensamos que na capital federal houvesse um grupo de homens tão miseráveis (...). Jamais nos passou pela idéia que este fato tão mesquinho, tão repugnante, tivesse lugar sob o regime de todas as, liberdades concedidas pela lei (...). (SODRÉ, 1977, p. 292-293)”.

Diante de tais posturas impositivas, alguns impressos tomaram partido contrário às posições do governo. Contra um decreto do ministro da Fazenda - Rui Barbosa, escreveu Benjamin Constant, na *Gazeta de Notícias*:

Não compreende como quem veio, como Deodoro, libertar a pátria de um governo despótico, queira agora, esmagar a liberdade de imprensa. (...) O Governo



Provisório não é uma ditadura, não é uma monarquia (MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, p. 156).

Deodoro recebia em seu gabinete todas as críticas publicadas, inclusive dos jornais do interior. Os autores delas eram incluídos em uma “lista negra” de inimigos do governo. Porém, a imprensa se uniu e exigiu medidas do governo para evitar atos como o assalto *A Tribuna*. Os jornais ameaçaram interromper a circulação, caso o fato não fosse tratado com seriedade.

A imprensa fluminense, representada nos jornais abaixo declarados, reunida, hoje, na sala da redação do Jornal do Comércio, para tomar conhecimento das medidas empregadas pelo governo para assegurar e manter a liberdade de exame e de discussão, gravemente comprometida pelo assalto feito *A Tribuna* e pelas ameaças de que têm sido alvo outros jornais resolve declarar (...). (SODRÉ, 1977, p. 290-291).

A atitude acima demonstra a organização e maturidade dos jornais brasileiros. Mesmo depois da renúncia de Deodoro, durante o governo de Floriano Peixoto, a imprensa não teve descanso. Conforme as convicções de Floriano, tudo foi feito para garantir o regime Republicano, que apesar de pregar a liberdade, utilizou a censura para se consolidar.

As citações de mais de 3 linhas devem ser digitadas em corpo 11, com espaçamento simples entre as linhas e destacadas do texto por margem esquerda maior que a do parágrafo; as citações de até três linhas devem integrar o corpo do texto e ser assinaladas entre aspas.

Referências bibliográficas

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **Deodoro** – a espada contra o império. Vol II. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

QUEIROZ, Suely Robles Reis. **Os Radicais da República** - Jacobinismo: ideologia e ação. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, ed. Graal, 2ª ed., 1977.

SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**. São Paulo/SP: Editora Usp. Annablume, 2003.

TCHAKHOTINE, Serge. **A mistificação das massas pela propaganda política**. Tradução de Miguel Arraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.